



MOZAMBIQUE PORTS AND RAILWAYS
PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

RELATÓRIO E CONTAS

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016



Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração para o exercício económico de 2016

O presente relatório tem por objectivo divulgar as principais realizações e os resultados económico-financeiros da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM), no exercício económico do ano de 2016, o qual, foi preparado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

O ano de 2016 ficará marcado pela ocorrência de vários eventos caracterizados por grandes incertezas no que tange à situação económico-financeira nacional e internacional, situação que impactou de forma directa na nossa actividade empresarial.

O desempenho operacional do CFM para o exercício de 2016 apresenta-se sob dois prismas: o sistema ferroviário e sistema portuário.

O Sistema Ferroviário global registou um crescimento de 96% em toneladas quilómetro realizadas e de 19,6% de toneladas líquidas transportadas. As linhas sob gestão do CFM foram responsáveis pelo transporte de 2,2 mil milhões num total de 8,4 mil milhões de toneladas quilómetros (Ton-km) em 2016, representando um decréscimo de 43% comparativamente ao ano 2015. O CFM transportou um volume de 30% do total de ton-km das linhas moçambicanas. Olhando na perspectiva de toneladas líquidas, o CFM transportou 9,1 milhões de toneladas (mt), representando uma quota de 57% num total de 15,9 mt em todo sistema ferroviário nacional.

- Os Resultados Operacionais em 2016 foram positivos na ordem de 2,91 mil milhões de Meticals, contra 2,25 mil milhões de Meticals em 2015, o que significa um crescimento de 29% não obstante as adversidades macroeconómicas que marcaram o ano de 2016 ;
- Os Resultados Financeiros foram negativos em 2016 ao terem-se situado em -1,87 mil milhões de Meticals, contra -0,7 mil milhões de Meticals em 2015, tendo sido influenciados pelas variações cambiais desfavoráveis, facto associado à depreciação do Metical face ao Dólar americano e ao Rand Sul africano, que são as principais moedas de transacções comerciais no CFM;
- Os Resultados Líquidos Antes dos Impostos, incluindo os resultados financeiros, foram no montante de 1,50 mil milhões de Meticals, contra 1,89 mil milhões de Meticals atingidos no exercício anterior, o que representa uma redução de 21%;
- No que toca aos Investimentos, foram desembolsados pela tesouraria da Empresa 2,13 mil milhões de Meticals contra 4,26 mil milhões de Meticals orçados em 2016, representando uma realização de 50% e uma redução de 58% comparativamente a 2015. Os investimentos de grande vulto foram: a) aumento da capacidade da Linha de Sena; b) construção da ponte ferroviária sobre o Umbeluzi; c) ataque pesado na Linha de Ressano Garcia; d) aquisição de carruagens e furgões para o CFM Sul e Centro; e) aluguer de locomotivas.

Apesar dos factores adversos, as grandes realizações do CFM materializam-se na concretização de projectos como, i) a Construção da Ponte sobre o Rio Umbeluzi, na Linha de Goba, inaugurada no dia 28 de Setembro de 2016, por Sua Excelência o Presidente da República; ii) a Construção do Terminal de Triagem de Camiões (TCC), localizado no Porto da Beira, inaugurado a 23 de Julho, igualmente, por Sua Excelência o Presidente da República, iii) a Finalização, em Abril de 2016, dos trabalhos de Reabilitação e expansão da Linha de Sena, que passou dos anteriores 6,5 MTPA para 20 MTPA de capacidade e reinauguração da linha férrea Cuamba – Lichinga, no dia 03 de Novembro de 2016.

O Sistema Portuário global registou um crescimento de 9% em 2016 ao ter registado 34,0 milhões de toneladas métricas manuseadas (mtmm), contra 31,1 mtmm registados em 2015. Relativamente aos terminais portuários sob gestão do CFM, foram manuseados 6,2 milhões de toneladas métricas em 2016, o que representa 18% do total manuseado e um crescimento em 6%, quando comparados ao ano 2015.

Em termos económico-financeiros de 2016 o desempenho foi o seguinte:

- Os Rendimentos Operacionais, situaram-se em 14,1 mil milhões de Meticals, tendo registado um crescimento de 24%, comparativamente ao ano 2015;
- Os Gastos Operacionais foram de 11,2 mil milhões de Meticals em 2016, representando um crescimento de 23% em relação aos níveis registados em 2015. Parte significativa deste crescimento dos custos, deveu-se a revisão das taxas de amortizações de alguns bens tendo em conta o decreto 72/2013 de 23 de Dezembro, que aprova o novo regime de amortizações dos activos. Apesar dos fenómenos adversos à economia que se registaram em 2016, o Conselho de Administração implementou uma série de medidas de contenção de gastos face à conjuntura económica do país. Dentre outras medidas, destacam-se:
 - a) revisão dos diversos subsídios;
 - b) redução dos custos elevados com as comunicações com base no estabelecimento de limites de consumo para os trabalhadores beneficiários;
 - c) redução dos custos de deslocação e estadia com a reavaliação e definição do que é imprescindível nesta rubrica;
 - d) revisão dos contratos não favoráveis ao CFM na sua forma conceptual;
 - e) abate de viaturas com custos de manutenção onerosa;
 - f) revisão do esquema de controlo de combustível no Posto Diesel e ao longo das linhas com base no volume de tráfego e número de comboios realizados; g) revisão das percentagens de comparticipação na assistência médica e medicamentosa; e-
 - g) gestão e controlo orçamental e financeira mais rigorosa

Em termos de **Responsabilidade Social** em 2016, o CFM continuou a participar de forma directa em várias acções, destacando-se: a) contribuição para o Fundo de Transportes e Comunicações; b) apoio para edificação de infra-estruturas sociais (Escolas Comunitárias) c) patrocínio do Moçambola edição 2016 e dos Clubes Ferroviários; d) patrocínio de Moçambique em progresso e e) de várias outras pequenas iniciativas com um grande impacto sociocultural.

Maputo, Julho de 2016

O Conselho de Administração

O Conselho de Administração

Eng. Miguel José Matabel – Presidente

Dr. Joaquim Zucule – Administrador Executivo

Eng.º Agostinho Langa Junior – Administrador Executivo

Dra. Maria Mangore – Administradora Executiva

Eng.º Anísio Bainha – Administrador Executivo

Eng.º Acílio Chiau – Administrador Não Executivo, Representante dos Trabalhadores

Dr.º Rogério Nkomo – Administrador Não Executivo

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Exmos Senhores Administradores, o seu relatório e parecer sobre as contas e actividades dos CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

A elaboração das demonstrações financeiras é da competência do Conselho de Administração, cabendo ao Conselho Fiscal a responsabilidade de proceder à sua apreciação e à elaboração do seu parecer.

As Demonstrações Financeiras vêm acompanhadas de relatórios de Actividades e Contas realizadas no exercício económico de 2016, elaborados pelo Conselho de Administração.

No cumprimento das suas atribuições e com base na informação obtida dos competentes órgãos de gestão dos CFM, o Conselho Fiscal concluiu que:

- Como resultado das análises feitas e das informações obtidas, bem como do relatório do auditor independente, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras dos CFM compostas por Balanço, Mapa de Demonstração dos resultados, Mapa de variação dos Fundos Próprios, Mapa de Fluxos de Caixa, Sumário das principais políticas Contabilísticas e das Notas Explicativas às Contas estão em conformidade com a lei;
- As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF); e
- As Demonstrações Financeiras reflectem a posição patrimonial e financeira dos CFM em 31 de Dezembro de 2016, bem como os resultados das operações realizadas durante o exercício.

Da apreciação feita às Demonstrações Financeiras e das actividades realizadas, o Conselho Fiscal considera importante salientar os seguintes desenvolvimentos:

- Um crescimento do activo Total em 5,3%, entre 2015 e 2016, totalizando no fim do exercício 54.188,4 milhões de meticais;

[Handwritten signature]
1



DIRECÇÃO DE AUDITORIA INTERNA DO CFM

Relatório e contas 2016

Parecer

A Direcção de auditoria interna (DAI) acompanhou o funcionamento da empresa ao longo do exercício económico de 2016, materializando o que integra as suas competências e consubstanciado no plano de trabalho previamente preparado para a dimensão integral do CFM, cobrindo a Sede e Direcções Executivas e oportunamente aprovado pelo Conselho de Administração.

No exercício das suas funções, a DAI teve o necessário apoio do Conselho de Administração e das Direcções Executivas do CFM aos quais oportunamente endereçou os relatórios das auditorias realizadas cuja estrutura apresentava as constatações individualizadas, riscos, implicações, recomendações e a avaliação do risco, considerados os comentários dos órgãos de gestão.

Deste modo, o parecer da Direcção de Auditoria Interna em torno das contas do CFM relativas ao exercício económico de 2016 é expresso nos seguintes termos:

- ✓ As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a lei em vigor no País, adoptando regras e princípios universalmente aceites, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, aplicado a grandes empresas (PGR-NIRF);
- ✓ As actividades e os números apresentados neste relatório correspondem de forma exacta e inequívoca ao que constitui o desempenho da empresa no período de 2016
- ✓ No global as acções de auditorias realizadas nas contas do CFM, foram satisfatórias dado que as recomendações foram acatadas pelas áreas auditadas;
- ✓ O resultado líquido do exercício é positivo, a empresa encontra-se em posição de continuamente cumprir com a missão de transportar pessoas e bens com segurança e garantir o emprego a milhares de Moçambicanos.

Maputo, 26 de Setembro de 2017

[Handwritten signature]
A DAI
Ana Maria Zandamela

SEDE: Praça dos Trabalhadores, Maputo, República de Moçambique
Caixa Postal 1258 Telefone 21 427 172/ 21 421 081 - Fax 21 427 746 - Telex 6 208 CFMS-MO

- O passivo Total ascendeu a 24.676,4 milhões de meticais, registando um crescimento de 8,9%;
- A situação líquida no valor de 29.511,9 milhões de meticais registou um crescimento de 2,5% relativamente a 2015; e
- O resultado bruto no montante de 1.497,8 milhões de meticais, registou uma redução de 20,8% relativamente ao resultado registado em 2015.

Deste modo, o resultado líquido depois dos impostos foi de 724,3 milhões de meticais representando uma redução de cerca de 39,0% em relação ao registado no exercício de 2015.

Tendo em consideração os elementos apresentados pela Administração, analisados pelo Conselho Fiscal, reflectidos nos indicadores anteriormente referidos, o Conselho Fiscal é de parecer e recomenda, aos órgãos competentes, que sejam aprovados os documentos que consubstanciam o Relatório de Contas dos CFM, relativo ao exercício de 2016.

O Conselho Fiscal dirige um voto de louvor ao Conselho de Administração e através deste, a todos os colaboradores dos CFM, pelos esforços que foram desenvolvidos durante o exercício em análise, e que vêm reflectidas no Relatório analisado.

Maputo, Agosto de 2017

O Conselho Fiscal
[Handwritten signature]
Bonifácio Dias, Presidente
[Handwritten signature]
Matias Boa, Vogal
[Handwritten signature]
Evelina Novela, Vogal

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela preparação, integridade e apresentação apropriada das demonstrações financeiras da CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

As demonstrações financeiras foram auditadas pelos auditores independentes Deloitte & Touche (Moçambique), Lda, aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos da empresa e respectiva documentação suporte assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião dos referidos auditores independentes está apresentada nas páginas 2 e 4.

As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2016 constantes das páginas 4 a 60 foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PGC-NIRF). O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras. Com base em previsões e recursos financeiros disponíveis, a administração não tem conhecimento de qualquer razão que possa por em causa a continuidade da empresa num futuro previsível.

A administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da empresa. Os controlos internos são monitorados pela administração e pelos empregados da empresa com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa e assinadas pelo seu representante:

O Director Financeiro *[Handwritten signature]* O Administrador Executivo *[Handwritten signature]*
SECRETARIA



Deloitte

Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
(Moçambique) Ltd
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No: 5917
Av. Zedequias Mangochela 207
Edifício JATV'S Andar
Tel: +258 21 230955 / 21 430554
Fax: +258 21 231163
www.deloitte.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas Dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 e a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), órgão da IFAC – *International Federation of Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Sem alterarmos a nossa opinião, chamamos atenção para a Nota 33 das demonstrações financeiras que indicam que os trabalhos de inventariação e valorização dos activos tangíveis da Empresa, embora tenham iniciado em 2015, até a data das demonstrações financeiras ainda não tinham terminado. De acordo ainda com a mesma nota, a previsão do término dos trabalhos e eventual reconhecimento dos ajustamentos resultantes da inventariação e avaliação, será feita nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2017 por um montante que não é possível estimar.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 10 de Julho de 2017

Deloitte & Touche
Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada
Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SCA/OCAM/2014, Representada por:
Aneliya Nikolova
Partner
Auditora Certificada – 58/CA/OCAM/2014

Responsabilidades da Gerência e do Conselho de Administração

A gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o PGC-NIRF, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a gerência é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde consta a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela gerência.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Sociedade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

ACTIVOS	Notes	2016	2015
Activo não corrente			
Activos tangíveis	5	28 342 314	27 724 550
Activos intangíveis	6	80 738	53 722
Investimentos em curso	5	1 858 558	2 809 203
Activos tangíveis de investimentos	7	7 038 447	7 851 335
Investimentos financeiros	8	314 282	251 009
Outros activos financeiros	9	6 072 300	3 928 515
Activos por impostos diferidos	29	926 946	495 078
		44 633 585	43 113 412
Activo corrente			
Inventários	10	1 177 386	1 082 946
Clientes	11	2 239 781	1 532 996
Outros activos financeiros	9	916 598	257 506
Outros activos correntes	12	2 135 828	1 682 937
Caixa e bancos	13	3 085 236	3 759 847
		9 554 828	8 316 232
TOTAL DO ACTIVO		54 188 414	51 429 644
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	14	1 242 981	1 242 981
Reservas	14	6 822 586	5 634 053
Resultados transitados	14	20 722 042	20 722 042
Resultado líquido do exercício		724 351	1 188 535
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		29 511 961	28 787 611
Passivo não corrente			
Empréstimos de longo prazo	16	9 251 394	7 256 348
Outros passivos financeiros	18	7 631 798	7 554 434
Outros passivos não correntes	20	738 910	548 506
		17 622 102	15 359 288
Passivo corrente			
Provisões	15	162 664	162 664
Fornecedores	17	390 568	1 377 489
Empréstimos de curto prazo	16	2 368 335	1 249 313
Outros passivos financeiros	18	2 912 575	3 800 450
Impostos a pagar	29	995 348	431 783
Outros passivos correntes	19	193 749	261 046
		7 023 239	7 282 745
TOTAL DO PASSIVO		24 676 454	22 642 034
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		54 188 414	51 429 644

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

DEMONSTRACAO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notes	2016	2015
Vendas de bens e prestação de serviços	21	10 867 188	9 177 797
Custo dos inventários vendidos ou consumidos		(461 470)	-308 744
Investimentos realizados pela própria empresa	22	156 061	144 233
Rendimentos suplementares	23	2 907 448	2 050 920
Gastos com pessoal	24	(3 241 016)	(3 049 307)
Fornecimento e serviços de terceiros	25	(3 265 358)	(2 968 606)
Depreciações	5,6	(3 392 803)	(1 826 845)
Provisões		(127 588)	(136 217)
Imparidade		(17 591)	(243 565)
Reversões do período de perdas por imparidade		184 666	16 648
Outros ganhos e perdas operacionais	26	(242 583)	(261 617)
		3 366 953	2 594 697
Rendimentos financeiros	27	4 290 929	2 159 612
Gastos financeiros	27	(6 160 041)	(2 862 385)
Resultado antes do imposto		1 497 841	1 891 924
Imposto sobre o rendimento	29	(773 490)	(703 389)
Resultado líquido do exercício		724 351	1 188 535

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Fundo social dos trabalhadores	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo no início de 2015	1 242 981	282 468	3 814 944	250 179	21 017 950	1 714 888	28 323 410
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	85 764	1 114 934	85 764	428 426	1 714 888	-
Dividendos	-	-	-	-	(260 213)	-	(260 213)
Ajustamentos ao Resultado	-	-	-	-	(464 121)	-	(464 121)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1 188 535	1 188 535
Saldo no fim de 2015	1 242 981	368 232	4 929 878	335 943	20 722 041	4 618 311	28 787 610
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	59 427	1 069 681	59 427	-	(1 188 535)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos ao Resultado	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	724 251	724 351
Saldo no fim de 2016	1 242 981	427 659	5 999 559	395 370	20 722 041	4 154 127	29 511 961

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes do imposto	1 497 841	1 891 924
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>		
Amortizações	3 392 803	1 826 845
Ajustamentos aos instrumentos financeiros	(92 757)	24 087
Alienação de investimentos de capital	9 599	-
Reversão de imparidade	184 666	-
Imparidade	17 591	-
Provisões	127 588	136 217
Fluxo de caixa antes das alterações no fundo de maneo	5 137 331	3 879 073
Aumento de inventários	(94 441)	(519 285)
Aumento de clientes e outros activos financeiros	(3 509 661)	(3 490 212)
Aumento de outros activos correntes	(452 891)	(723 069)
Aumento / (Redução) de fornecedores e outros passivos financeiros	(1 797 433)	5 392 129
(Redução) / aumento de outros passivos correntes	676 311	(259 029)
Fluxo de caixa de actividades operacionais	(40 784)	4 279 607
Imposto do exercício anterior pago no exercício corrente	(431 783)	(200 682)
IRPC pagamentos por conta e retenções na fonte	(210 000)	(673 183)
Caixa líquida usada nas actividades operacionais	(682 567)	3 405 742
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>		
Venda de activos tangíveis	1 857 547	3 277 423
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>		
Investimentos financeiros	(63 272)	-
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(4 075 028)	(8 519 586)
Caixa líquida usada nas actividades de investimento	(2 280 753)	(5 242 163)
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>		
Empréstimos e outros financiamentos obtidos	3 114 069	3 634 118
Dividendos declarados	(825 360)	(724 335)
Caixa líquida gerada pelas actividades de financiamento	2 288 709	2 909 783
Varição de caixa e equivalentes de caixa	(674 611)	1 073 362
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3 759 847	2 686 485
CAIXA E EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	3 085 236	3 759 847

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras



Sobre a Empresa

Os CFM – Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique, E.P (CFM) foram inicialmente uma Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, mantendo a sua sede em Maputo embora com presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, e ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, a Empresa Estatal foi transformada em empresa pública, passando a ter a designação de PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E. P. (CFM). O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado, foi de 1.242.981 milhares de Meticais.

O capital social ascende a 1.242.981 milhares de meticais, integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano, que assim se constitui na casa mãe dos CFM.

A Empresa tem como objecto principal, o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território Moçambicano com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique

Têm vindo a ser implementados um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique, o qual inclui a cedência ao sector privado da gestão e exploração em regime de concessão, dos sistemas ferro-portuários do País.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste esquema de envolvimento do sector privado, as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os Terminais de Combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais, o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

Face aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2005, princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do sul e do Porto de Pemba. Em finais de 2010, o governo de Moçambique iniciou o processo de rescisão do contrato de concessão do Sistema Ferroviário da Beira, em virtude do incumprimento das obrigações contratuais por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, que viria a culminar com a reversão do empreendimento a favor dos CFM, EP em finais de 2011.

Portanto, hoje, estão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- A Linha Férrea de Ressano Garcia;
- A Linha Férrea do Limpopo;
- A Linha Férrea de Goba;
- Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e ramal de Marromeu)
- A secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- As Oficinas Gerais (CFM-Sul);
- O Terminal de Alumínio da Matola;
- Os Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- O Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
- O Porto de Pemba; e
- As demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Actualmente, as empresas já criadas para a exploração em regime de concessão ou subconcessão de terminais específicos e de outras infra-estruturas, com envolvimento de parceiros do sector privado, são as seguintes:

Na zona Sul:

- Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM, nomeadamente:
 - DP Word, SA – (exploração da terminal de contentores);
 - MPT – Maputo Produce Terminal (exploração da terminal de frutas);
 - STAM – Sociedade Terminal de Açúcar de Maputo (exploração da terminal do açúcar);
 - TCM – Terminal de Carvão da Matola – (exploração do terminal de carvão da Matola);
 - TCM - Terminal de Cabotagem de Maputo;
- STM – Sociedade de Terminais de Moçambique, que tem a concessão para exploração da terminal ferro-rodoviário das Mahotas.

Na zona Centro:

- CdM – Cornelder de Moçambique SA, que tem a concessão para exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- CQ – Cornelder Quelimane, SA, que tem a concessão do Porto de Quelimane;
- BGT – Beira Grain Terminal, com quem se firmou contrato de concessão para a concepção, construção e exploração do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte, com quem se firmou o contrato de concessão para a exploração do sistema ferroviário do Norte e do Porto de Nacala.
- Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração de um Cais (Jetty) a ser construído na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma.
- CEAR – Central East Africa Railways (no Malawi): não obstante esta concessão não se localizar no território nacional, os CFM ganharam o concurso internacional de concessão de exploração dos Caminhos de Ferro do Malawi, em associação com o parceiro privado da concessão do Corredor do Norte – a Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SDCN) – tendo sido constituída a empresa concessionária CEAR e firmado com o Governo do Malawi o contrato de concessão da exploração daquele Caminho de Ferro.

1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2016, foram preparadas em conformidade com o PGC-NIRF e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rúbricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são

baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, sendo apresentadas em milhares de Meticais, arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, sendo que a empresa se encontra obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 8).

As presentes Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 27 de Abril de 2017.

2. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram os seguintes:

	31-Dec-16		31-Dec-15	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	70.20	71.60	44.50	45.39
Rands Sul-Africanos	5.11	5.21	2.97	3.03
Euros	73.40	74.87	49.10	50.08

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC-NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, a qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC-NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis.

	Taxa Anual %
Construções	2 - 4
Equipamento básico	10 - 25
Outros activos tangíveis	10 - 20

Os CFM efectuam regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obtenção de rendas.

Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicáveis todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos, bem como as políticas contabilísticas previstas.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível, fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

f) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

g) Locações

A determinação de um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculado conforme descrito na nota 2b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo os CFM a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados quando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bidprice"). Para a ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros que não sejam possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

a) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificamos nesta categoria os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados quando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

c) Provisões

Os CFM constituem provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

d) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

e) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas ao resultado na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se os CFM têm uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

f) **Reconhecimento do rédito**

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

2. Principais políticas contabilísticas (continuação)

g) **Impostos sobre o rendimento**Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

h) **Subsídios do Governo**

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido em outros passivos correntes, sendo transferidos rendimentos através de uma base sistemática e racional durante a vida útil do activo.

Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados ou como créditos na demonstração dos resultados, ou como deduções ao correspondente gasto.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Na preparação das demonstrações financeiras dos CFM exigem que a administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC-NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFM são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuem uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais

Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Case se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados dos CFM.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 10 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA, eventuais correcções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem ré expressão das quantias comparativas.

5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-2015	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2016
Custo de aquisição					
Construções	46 072 856	2 721 949	(7 982)	-	48 786 823
Equipamento básico	16 498 902	398 497	(129 418)	-	16 767 981
Outros activos tangíveis	184 820	2 758	14	-	187 592
Investimentos em Curso	2 809 203	979 797	(1 930 442)	-	1 858 558
	65 567 781	4 103 001	(2 067 828)	-	67 600 953
		31-Dez-2015	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-2016
Depreciação acumulada					
Construções		22 822 902	2 067 509	-	24 890 411
Equipamento básico		12 029 515	459 579	(165 455)	12 323 639
Outros activos tangíveis		179 611	3 782	-	183 393
		35 032 028	2 530 870	(165 455)	37 397 443
Valor líquido		30 535 753			30 203 510

	01-Jan-2015	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2015
Custo de aquisição					
Construções	44 021 462	2 051 394	-	-	46 072 856
Equipamento básico	14 058 552	2 441 165	(815)	-	16 498 901
Outros activos tangíveis	182 012	2 846	(38)	-	184 820
Investimentos em curso	2 103 939	3 982 583	(3 277 319)	-	2 809 204
	60 365 965	8 477 988	(3 278 172)	-	65 565 781

	01-Jan-2015	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-2015
Depreciação acumulada				
Construções		21 758 122	1 064 780	-
Equipamento básico		11 568 316	461 942	(743)
Outros activos tangíveis		174 087	5 530	(6)
		33 500 525	1 532 253	(749)
Valor líquido		26 865 440		30 533 753

6. Activos Intangíveis

	31-Dez-2015	Aumentos	31-Dez-2016
Custo de aquisição			
Softwares	3 821	25 679	29 500
Reservas de terra	51 239	-	51 239
	55 060	25 679	80 739

	31-Dez-2015	Depreciações do exercício	31-Dez-2016
Depreciação acumulada			
Softwares		1 338	1 292
		1 338	2 630
Valor líquido		53 722	78 109

	01-Jan-2015	Aumentos	31-Dez-2016
Custo de aquisição			
Softwares	3 596	225	3 821
Reservas de terra	12 160	39 079	51 239
	15 756	39 304	55 060

	01-Jan-2015	Depreciações do exercício	31-Dez-2016
Depreciação acumulada			
Softwares		560	778
		560	1 338
Valor líquido		15 196	53 722

7. Activos tangíveis de investimento

O movimento ocorrido nos activos tangíveis de investimento é analisado como segue:

	2015	Aumentos	Transferências/Abates	2016
Custo de aquisição				
Construções	16 312 991	37 631	14 937	16 365 559
Equipamento básico	1 412 635	-	-	1 412 635
Outros activos tangíveis	-	-	-	-
	17 725 626	37 631	14 937	17 778 194
Depreciação acumulada				
Construções	8 727 340	794 894	4 823	9 527 057
Equipamento básico	1 146 951	65 738	-	1 212 689
Outros activos tangíveis	-	-	-	-
	9 874 291	860 632	4 823	10 739 746
Valor líquido	7 851 335			7 038 448

	2014	Aumentos	Transferências/Abates	2015
Custo de aquisição				
Construções	16 312 824	167	-	16 312 991
Equipamento básico	1 410 508	2 127	-	1 412 635
Outros activos tangíveis	-	-	-	-
	17 723 332	2 294	-	17 725 626
Depreciação acumulada				
Construções	8 462 015	264 787	538	8 727 340
Equipamento básico	1 118 461	29 028	(538)	1 146 951
Outros activos tangíveis	-	-	-	-
	9 580 476	293 814	-	9 874 291
Valor líquido	8 142 856			7 851 335

Estes activos, detidos com o objecto de obtenção de rendas, dizem respeito aos bens alugados ao DP World Maputo, Trasncom, e Mozal e bens no âmbito de concessão com MPDC – Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Sociedade Terminal de Moçambique e outras (ver a introdução).

8. Investimentos financeiros

A rubrica de investimentos financeiros apresenta-se como se segue:

Subsidiárias	% de participação	Valor de Balanço	
		31-Dez-2016	31-Dez-2015
STM - Sociedade Terminais de Moçambique	50.00	68 300	3 034
Intur	75.50	16 097	16 097
Terminal de Granitos	50.00	2 364	2 364
Xitimela Leasing Limited	67.50	5 214	5 214
CFM - Transporte e Trabalhos Aéreos	100.00	100	100
Belavista Holding	65.00	845	845
CFM - Sociedade Turística	100.00	240	240
Dragagem do Porto de Maputo	75.00	1 796	1 796
Portos de Cabo Delgado, S.A.	50.00	6 000	6 000
		100 956	35 690

Associadas	% de participação	Valor de Balanço	
		31-Dez-2016	31-Dez-2015
DP World Maputo	40.00	23 762	23 762
SDCM - Soc. Desenvol. Corredor de Maputo	27.50	23 230	23 230
Cornelder de Moçambique	33.00	3 795	3 795
Central East African Railways	49.00	13 523	13 523
Cornelder de Quelimane	49.00	11 760	11 760
Terminal de Cabotagem Maputo	49.00	5 831	5 831
CDN - Corredor de Desenvolvimento do Norte	49.00	57 048	22 638
MPDC - Maputo Port Development Company	49.00	7 590	7 590
Corredor Logístico Integrado de Nacala	20.00	5 450	5 450
Portos do Norte, S.A	30.00	6 000	6 000
Thai Moçambique Logistic, S.A.	20.00	6 000	6 000
Tecnoshore, Limitada	20.00	6 750	-
		170 739	129 579

8. Investimentos financeiros (Continuação)

Outros instrumentos financeiros	% de participação	Valor de Balanço	
		31-Dez-2016	31-Dez-2015
Cimentos de Moçambique	3.97	39 748	39 748
Transcarga	17.00	14	14
Beira Grain Terminal	15.00	405	405
STM c/suprimentos	-	-	50 265
Beira Grain Terminal c/suprimentos	-	23 185	23 185
CDN c/suprimentos	-	-	34 410
Obrigações de Tesouro	-	-	56 600
		68 717	204 627
		340 412	369 896
Imparidade acumulada de instrumentos financeiros detidos ate a maturidade		(26 130)	(118 887)
		314 282	251 009

Os movimentos ocorridos em imparidade acumulada de investimentos financeiros

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
A 1 de Janeiro		
Reforço de Imparidade	118 887	147 602
Ajustamentos/Utilização	17 591	30 085
Reversão	-	(58 377)
	(110 348)	(423)
A 31 de Dezembro	26 130	118 887

9. Outros activos financeiros

A rubrica de activos financeiros apresenta-se como se segue:

Nao corrente	31-Dez-2016		31-Dez-2015	
	31-Dez-2016	31-Dez-2015	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Não corrente	6 072 300	3 928 515	6 072 300	3 928 515
Corrente	31-Dez-2016	31-Dez-2015		
Partes relacionadas				
Belavista Holding, Lda	620	620		
INTUR	-	606		
Beira Grain Terminal C/suprimentos de capital	-	5 273		
CEAR Malawi	246 899	114 806		
	247 519	121 305		
Outras entidades				
Colaboradores	23 466	15 530		
Projecto RPRP e linha de Sena	-	13 079		
Acrescimos e diferimentos proveitos	590 467	103 436		
Outros devedores	15 885	4 156		
	629 819	136 201		
	877 338	257 506		



10. Inventários

A rubrica de inventários inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Matérias primas, auxiliares e materiais	1 224 807	1 129 089
	1 224 807	1 129 089
Provisão	(47 420)	(46 143)
	1 177 386	1 082 946

11. Contas a receber

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Partes relacionadas	368,302	303,135
Terceiros	2,563,594	2,488,127
	2,931,896	2,791,262
Imparidade acumulada em saldos de contas a receber	(692,116)	(578,289)
	2,239,780	2,212,973

12. Outros activos correntes

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	31-Dec-16	31-Dec-15
Estado		
IVA a recuperar	1 105 085	1 619 611
IVA - Reembolsos pedidos	687 879	60 886
	1 792 964	1 680 497
Adiantamentos à fornecedores	44 067	7 565
Acréscimos de rendimentos e gastos diferidos	298 796	2 439
	2 135 828	1 698 066

13. Caixa e bancos

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	31-Dec-16	31-Dec-15
Caixa	32	1
Depósitos à ordem	2 411 248	1 677 499
Depósitos à prazo	673 955	2 082 348
	3 085 235	3 759 847

14. Capital próprio

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticais, integralmente subscrito e realizado pelo estado Moçambicano.

De acordo com a lei vigente a Empresa deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Artº 444 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

15. Provisões

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Provisões para férias	136 217	136 217
Provisões para litígios judiciais	26 447	26 447
	162 664	162 665

O movimento nesta rubrica foi como se segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
A 1 de Janeiro	162 664	126 483
Reforço	162 664	136 217
Utilização	(162 664)	(100 035)
A 31 de Dezembro	162 664	162 664

A provisão para litígios judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a Empresa é ré, tendo sido calculada com base na análise cuidada dos processos em curso. Essas análises são revistas no final de cada exercício, de forma a reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da Empresa na data do balanço, tendo em conta os factos conhecidos à data. O reforço resulta da transferência do valor da conta de Imparidades acumuladas.

16. Empréstimos obtidos

Esta rubrica compreende os seguintes empréstimos:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Não correntes		
Empréstimos bancários	3 789 523	3 749 383
Financiamentos do Estado	5 461 871	3 506 966
	9 251 393	7 256 348
Correntes		
Empréstimos	2 100 616	1 124 070
Financiamentos do Estado	267 720	125 243
	2 368 335	1 249 313
	11 619 730	8 505 661

17. Fornecedores

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
	390 568	1 372 266

18. Passivos financeiros

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Não correntes		
Petromoc e Sasol	18 551.46	20 276
Banco Europeu de Investimento	1 062 911	1 062 911
IDA	3 145 081	3 145 081
Reabilitação da Linha de Sena Referente a Reversão	1 794 254	1 794 254
Outros	1 611 000	1 531 913
	7 631 797	7 554 434
Correntes		
Partes relacionadas	21 820	53 502
Petromoc e Sasol	2 460	1 560
Direcção Nacional do Tesouro	116 535	36 936
Dividendos atribuído ao Estado	623 914	623 914
Outros	2 147 846	3 084 538
	2 912 575	3 800 450
	10 544 373	11 354 884

19. Outros passivos correntes

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Projecto TCC8	-	189 210
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo	31 112	
Retenção na fonte IRPS	100 310	58 022
Adiantamentos de clientes	17 347	
Outros	76 092	8 576
	224 861	255 808

20. Proveitos diferidos

Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo	517 352	548 506
Reabilitação do cais do Porto da Beira	221 558	-
	738 910	548 506

21. Vendas de bens e prestações de serviços

As vendas de bens e serviços decompõem-se como se segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Travessas	44 074	43 513
Estadias	209 369	147 102
Cabotagem	8 913	8 922
Exportações	315 697	206 648
Importações	405 894	251 285
Pilotagem	61 437	50 867
Rebocadores	250 860	193 204
Transporte de passageiros	144 474	98 172
Transporte e manuseamento de mercadorias	9 231 493	7 749 510
Outros serviços prestados	194 979	428 573
	10 867 189	9 177 797

22. Investimentos Realizados Pela Própria Empresa

A rubrica de investimentos para a própria empresa refere-se ao valor da Produção de Travessas para a reconstrução da Linha Férrea de Ressano Garcia.

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Produção de travessas	156 061	144 233
	156 061	144 233

23. Rendimentos suplementares

Os rendimentos suplementares incluem:

As rendas fixas referem-se a uma parte fixa celebrada entre os CFM e os operadores, enquanto as rendas variáveis referem-se a uma parte variável conforme a performance financeira dos operadores. As rendas e alugueres decompõem-se como segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Rendas	2 099 070	1 807 174
Aluguer de locomotivas e equipamentos	125 404	69 215
Fees de gestão	137 276	88 948
Imoveis e terrenos	450 644	-
Outros	95 054	85 583
	2 907 448	2 050 920

24. Gastos com pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Remunerações aos colaboradores	2 798 185	2 565 569
Encargos com as remunerações	39 199	36 424
Ajudas de custo	31 930	42 639
Indemnizações	24 209	7 777
Pensão	52 496	-
Seguros de acidentes de trabalho e doença	1 662	-
Custos de acção social	55 393	88 004
Outros custos com pessoal	237 941	308 894
	3 241 016	3 049 307

O número de colaboradores até 31/12/2016 era de 5.470 trabalhadores.

25. Fornecimentos e serviços de terceiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Água e electricidade	77 947	70 665
Combustíveis e lubrificantes	436 939	467 963
Ferramentas e utensílios	10 607	15 193
Materiais de manutenção e reparação	147 670	191 851
Material de escritório	42 723	40 244
Serviços de dragagem	233 235	291 486
Estiva - Terminal de alumínio	424 400	272 526
Estiva Terminal de Petróleo e Gás	-	177 426
Manutenção e reparação	316 321	240 640
Transporte de carga e de passageiros	919	743
Comunicações	53 235	60 131
Honorários	11 516	8 129
Publicidade e propaganda	24 822	20 224
Deslocações e estadias	60 651	98 814
Despesas de representação	1 416	1 997
Contencioso e notariado	1 934	2 965
Rendas e alugueres	461 418	278 605
Seguros	45 671	43 187
Limpeza, higiene e conforto	26 900	23 411
Vigilância e segurança	237 670	232 725
Trabalhos especializados	418 854	152 919
Intercâmbio de material circulante	169 076	88 655
Outros fornecimentos e serviços	61 434	188 109
	3 265 358	2 968 606

26. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais apresentam-se como se segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Impostos e taxas		
Despesas de pesquisa	897	-
Direitos aduaneiros	22 435	3 274
Imposto sobre o Valor Acrescentado	49 694	38 600
Imposto de Selo	1 099	20 100
Imposto sobre veículos	325	378
Impostos autárquicos	4 914	3 328
Outros impostos e taxas	30 131	5 028
Multas e penalidades	3 908	40
Perdas em investimentos de capital	9 599	104
Quotizações	19 556	11 655
Programas de responsabilidade social	102 073	90 384
Clube de actividades desportivas	324 242	328 346
Outras actividades	77 412	56 993
Outros gastos e perdas operacionais	645 285	558 230
Ganhos em investimentos de capital - Outros	21	4 449
Ganhos em investimentos de capital - Alienação	23 434	710
Ganhos em investimentos de capital - Sinistros	18	289
Subsídios para investimentos	220 364	220 364
Outros	159 865	70 801
Outros rendimentos e ganhos operacionais	403 702	296 613
	242 583	261 617

27. Rendimentos e gastos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Juros obtidos	160 453	124 370
Rendimentos de partes sociais	567 001	366 955
Diferenças de câmbio favoráveis	3 563 475	1 667 478
Outros rendimentos e ganhos financeiros	-	809
	4 290 929	2 159 612
Juros suportados	59 718	64 845
Diferenças de câmbio desfavoráveis	6 087 193	2 791 201
Outros gastos e perdas financeiras	13 130	6 339
	6 160 041	2 862 385
Resultados financeiros	(1 868 112)	(702 773)

29. Impostos sobre o rendimento

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Imposto corrente – gasto	(1 205 357)	(1 104 966)
Imposto diferido – rendimento	431 867	401 577
	(773 490)	(703 389)

29.1. Lucro tributável

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Lucro contabilístico	1 497 840	1 891 924
Ajustamentos ao lucro contabilístico relativos a:		
Diferenças permanentes	(149 120)	(277 474)
Diferenças temporárias (tributáveis/dedutíveis)	2 896 705	1 839 311
	4 245 425	3 453 761

29.2. Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2016		2015	
Imposto sobre lucro contabilístico	479 309	32%	605 415	32%
Custos não dedutíveis	(47 718)	-3%	(88 792)	-5%
Dupla tributação	181 440	12%	237	0%
Ajustamentos de exercícios anteriores	160 459	11%	186 529	10%
	773 490	52%	703 389	37%

29.3. Reconciliação - Impostos a pagar

	2016	2015
	(431 783)	(200 682)
Saldo inicial		
Pagamentos por conta e retenções na fonte	210 009	384 140
Pagamento do IRPC do exercício anterior	431 783	200 682
Estimativa de imposto exercício corrente	(1 205 357)	(1 204 966)
Saldo final	(995 348)	(431 783)

29.4. Activos por impostos diferidos

	2016	2015
Reconciliação		
Activos por imposto diferido no início do período	(495 078)	(93 501)
(Debito)/Crédito na demonstração de resultados	926 945	495 078
Passivo/Activo por imposto diferido no fim do exercício	431 867	401 577
Composição de (passivos)/activos por impostos diferidos		
Activos tangíveis	8 031	41 438
Provisões pra férias	-	43 589
Provisões pra cobrança duvidosa	-	68 313
Provisões pra stock	-	13 751
(Ganhos)/perdas cambiais não realizadas	918 915	327 987
	926 946	495 078

30. Compromissos e contingências

30.1. Processos judiciais

A 31 de Dezembro de 2016, a empresa é arguida em diversos processos judiciais. A empresa constitui provisões relativas aos processos julgados, na qual ela foi condenada em sede de tribunais de primeira instância e recorreu, no montante de 26.447 milhares de meticais.

30.2. Garantias

O detalhe das garantias bancárias prestadas pelos CFM a terceiros à data de 31 de Dezembro de 2016, apresentam-se como se segue:

30.3. Contingências fiscais

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de 5 anos, podendo resultar eventuais correcções de impostos, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento de legislação fiscal, nomeadamente em sede do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Contudo, a administração acredita que a Empresa cumpriu com todas as suas obrigações fiscais.

31. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade dos CFM é exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração dos CFM é por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

As políticas de gestão de risco dos CFM são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo, e monitorar os riscos e aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. Os CFM revêem periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

31.1. Risco de mercado

O risco de mercado é a variação dos factores que determinam o preço, tais como taxas de juro, taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é prevenir-se contra estas variações dentro de parâmetros que a Gestão considere aceitável.

31.2. Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é a probabilidade de flutuação do valor dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de referência de mercado. A exposição dos CFM ao risco da taxa de juro prende-se aos depósitos a prazo, dívidas a receber e a pagar, que são remunerados à taxa de juro do mercado.

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Empréstimos bancários	5 890 139	4 873 453
Financiamentos do Estado	5 729 591	3 632 209
	11 619 730	8 505 662
Depósitos a prazo	673 955	2 082 348
Bilhetes de Tesouro		56 000
	673 955	2 138 348
Net	10 889 775	6 367 314
Redução de 50 pontos percentuais	54 729	31 837

31.3. Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras dos CFM podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais MZN/EUR, MZN/USD, MZN/ZAR. Os CFM procura atenuarem os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

Activo	2016				Total
	MZN	EUR	USD	ZAR	
Caixa e bancos	801 944	30 079	1 425 141	828 071	3 085 235
Clientes	1 232 824	-	891 840	115 116	2 239 780
Outros activos financeiros	916 598	-	6 072 300	-	6 988 898
Outros activos correntes	2 135 828	-	-	-	2 135 828
Passivo					
Fornecedores	273 713	-	116 854	-	390 568
Empréstimos bancários	-	596 809	11 022 921	-	11 619 730
Outros passivos financeiros	2 107 075	-	8 437 297	-	10 544 373
Outros passivos correntes	963 771	-	-	-	963 771
Posição líquida	1 742 635	(566 730)	(11 187 791)	943 187	(10 811 334)

	EUR		USD		ZAR	
	aumento em 10%	diminuição em 10%	aumento em 10%	diminuição em 10%	aumento em 10%	diminuição em 10%
Lucro/(Prejuízo)	(56 673)	56 673	(1 118 779)	1 118 779	94 319	(94 319)
Activos Financ.	3 008	(3 008)	838 928	(838 928)	94 319	(94 319)
Passivos Financ.	59 681	(59 681)	1 957 707	(1 957 707)	-	-

31.3. Risco de taxa de câmbio (continuação)

Activo	2 015				Total
	MZN	EUR	USD	ZAR	
Caixa e bancos	1 378 839	4 402	2 201 716	174 891	3 759 848
Clientes	765 889	-	758 799	8 308	1 532 996
Outros activos financeiros	122 207	-	4 063 814	-	4 186 021
Outros activos correntes	-	-	-	-	-
Passivo					
Fornecedores	1 349 470	-	28 019	-	1 377 489
Empréstimos bancários	1 124 070	378 341	7 003 251	-	8 505 662
Outros passivos financeiros	11 198 439	-	156 445	-	11 354 884
Outros passivos correntes	-	-	-	-	-
Posição líquida	(11 405 044)	(373 939)	(163 386)	183 199	(11 759 170)

	EUR		USD		ZAR	
	aumento em 10%	diminuição em 10%	aumento em 10%	diminuição em 10%	aumento em 10%	diminuição em 10%
Lucro/(Prejuízo)	37 394	(37 394)	16 338	(16 338)	(18 320)	18 320
Activos Financ.	440	(440)	702 433	(702 433)	18 320	(18 320)
Passivos Financ.	37 834	(37 834)	718 772	(718 772)	-	-

31.4. Risco de Crédito

O risco de crédito da empresa é principalmente atribuível às contas de clientes e outros devedores. A exposição ao risco de crédito é monitorada pela administração numa base contínua. Os montantes apresentados no balanço são líquidos das provisões para créditos de cobrança duvidosa, estimadas pela administração da empresa com base na experiência anterior. A empresa não tem uma concentração significativa do risco de crédito para a qual não tenha sido criada provisão para créditos de cobrança duvidosa no final do período.

O montante escriturado dos activos financeiros representa a exposição máxima da empresa ao risco de crédito sem ter em consideração qualquer caução prestada:

	Risco de crédito máximo 2016	Risco de crédito máximo 2015
Bancos	3 085 236	3 759 847
Contas a receber	2 239 781	1 532 996
Outros activos financeiros	916 598	257 506
	6 241 615	5 550 349

31.5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a probabilidade dos CFM não terem capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes vencem. Para limitar este risco, a gestão elabora mapas de fluxo de caixa previsionais e mantém a tesouraria equilibrada.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e ex-fluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

31 de Dezembro de 2016	Até 1 ano	+1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	390 568	-	-	390 568
Empréstimos obtidos	2 368 335	5 467 673	3 783 721	11 619 730
Outros passivos financeiros	2 912 575	-	7 631 797	10 544 373
	5 671 478	5 467 673	11 415 519	22 554 670

31 de Dezembro de 2015	Até 1 ano	+1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1 377 489			1 377 489
Empréstimos obtidos	1 249 313	3 506 965	3 749 383	8 505 661
Outros passivos financeiros	3 800 450		7 554 434	11 354 884
	6 427 253	3 506 966	11 303 817	21 238 035

31.6. Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital dos CFM é garantir uma sólida autonomia financeira que permita atender as necessidades e compromissos de investimento sem com isso comprometer a remuneração ao accionista Estado.

A Empresa gere o seu capital de forma a assegurar que a Empresa se mantém operacional enquanto maximiza o retorno aos sócios.

A estrutura do capital da Empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A Empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado como a relação entre a dívida líquida (conforme definida abaixo) e o capital próprio ajustado (conforme definido abaixo).

A dívida líquida consiste em empréstimos sujeitos a juros, empréstimos dos sócios, outras dívidas de longo prazo, caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio ajustado consiste em capital social, lucros acumulados e reservas não distribuíveis.

O rácio da dívida líquida em relação capital próprio (rácio de alavancagem) no final do período era conforme segue:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Dívida	(11 619 730)	(8 505 661)
Caixa e equivalentes de caixa	3 085 236	3 759 847
Dívida líquida	(8 534 494)	(4 745 814)
Capital próprio ajustado	(29 511 960)	(28 787 611)
Rácio da dívida líquida em relação ao capital próprio ajustado	29	16

31.7. Gestão de risco financeiro

A Empresa não transacciona instrumentos financeiros mas, no curso normal das suas operações, a Empresa está principalmente exposta ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

Com vista a gerir estes riscos, a Empresa poderá entrar em transacções que fazem uso de instrumentos financeiros. O Grupo desenvolveu um processo de gestão de risco abrangente para facilitar, controlar e monitorar estes riscos. O processo inclui a normal documentação de políticas, incluindo limites, controlos e estruturas de reporte. A administração executiva e o Conselho de Administração são responsáveis pelas actividades de gestão de risco na Empresa.

31.8. Justo valor

O valor escriturado dos activos e passivos financeiros da empresa aproxima-se do seu justo valor.

31.9. Categoria dos instrumentos financeiros

	Risco de crédito máximo 2016	Risco de crédito máximo 2015
Clientes	2 239 781	1 532 996
Outros activos financeiros	916 598	257 506
Caixa e equivalentes de caixa	3 085 236	3 759 847
	6 241 615	5 550 349
Empréstimos obtidos	11 619 730	8 505 661
Fornecedores	390 568	1 377 489
Outros passivos financeiros	10 544 372	11 354 884
	22 554 670	21 238 034
Activos financeiros líquidos	(16 313 056)	(15 687 685)

32. Planos de investimentos futuros

Prevê-se a realização dos seguintes investimentos e actividades:

Investimento no aumento da capacidade da linha de Ressano Garcia

- Custo estimado: USD392,5 milhões;
- Fase I (USD 183,4 milhões): 2017-2019;- melhoria da infraestrutura através de substituição de travessas e carris em alguns troços de via, aumento das extensões das linhas de cruzamento e em pátios de Maputo, Machava, Matola/TCM e Ressano Garcia para comportar combios com mais de 75 vagões. Reabilitação das Pontes dos kms 61+900, 67+800 e 81+350.
- Instalação de um CTC completo (sistema de sinalização e de comunicações via satélite).
- Aquisição de 8 locomotivas de linha, 2 de manobras e 300 vagões (para Magnetite, Crómio e Contentores)
- Trabalhos visam aumentar a actual capacidade teórica dos 13.9MTPA para 20MTPA.
- Fase II (USD209,1 milhões): 2020 -2022; - duplicação da linha para aumento de 20 para 42MTPA

Revitalização da linha do Limpopo

Valor do Investimento: USD 50 milhões, (infra-estruturas, 4 locomotivas e 90 vagões)

Prazo: 2018-2019

- Melhoria das zonas críticas com levantamento das precauções, através da Substituição de carris e travessas em alguns troços de via e incremento da secção de balastro
- Depuração do balastro e Ataque pesado da linha e
- Melhoria da drenagem longitudinal da Via
- Aquisição de material circulante: 4 locomotivas e 90 vagões para minerais.
- Investimento na linha de Machipanda (linha férrea e obras de arte)

Prazo: 2017-2019

- Valor do Investimento: USD100 milhões, (USD70 milhões em infraestrutura, USD 30 milhões em material circulante: 5 locomotivas e 120 vagões).
- Upgrade da linha de 1,5 ate 5 MTPA;
- Incremento da quota do mercado da ferrovia (90% da carga vem pela estrada);
- Alinhamento com os investimentos em curso no Porto da Beira e previstos para o Cais 13 (NCTB);
- Maior capacidade de resposta a demanda do mercado do Zimbabwe, Zâmbia, Malawi, etc.
- Concessão ou terceirização dos Serviços Marítimos da Beira (Pilotagem, reboque e amarração);

Investimento no Porto de Pemba

Prazo: 2017-2018

- Custo estimado: USD 600.000 (para as defensas e cabeços) e USD 400.000 para torres de iluminação e equipamentos de manuseamento portuário.
- Prazo: 6 meses (concurso lançado e empreiteiro seleccionado, na fase de importação das defensas e cabeços de amarração, conclusão prevista para Agosto de 2017).
- Prazo para equipamentos e torres de iluminação: 8 meses, até Fevereiro de 2018.
- Manter o Porto de Pemba operacional e com segurança ate a conclusão do Porto da PCD;
- Operacionalizar o Cais flutuante para o atendimento as empresas de prospecção de Óleo e Gás

Projecto Integrado da Ponte Techobanine

O Projecto Integrado do Porto de Techobanine tem por objecto a construção, manutenção e operação das seguintes infra-estruturas:

- Um porto de águas profundas
- Uma terminal de carvão com capacidade inicial de 40 milhões de tonelada por ano
- Diversas ligações ferroviárias
- Um SPM para descarga de combustíveis e correspondente "pipeline".

Para o Distrito de Matutuine está previsto o desenvolvimento de um enorme "Polo-Industrial" que irá ter grande impacto na vida económica e social daquele distrito.

O projecto proporcionará não apenas um desenvolvimento da actividade industrial, comercial e social turística, bem como dos acessos ferroviário e rodoviário através de sub-projectos especificos na zona franca industrial.

O projecto ocupará uma área global de 22.382,4 hectares, sendo parte da área junto à costa designada por zona portuária e a área referente ao referido pólo de desenvolvimento industrial localizado no interior no perímetro da localidade de Salamanga. Pretende-se que estas zonas sejam transformadas em zonas económicas especiais. O valor do investimento para a primeira fase do projecto (estudo de viabilidade, técnicos e ambiental) está orçado em mais de US\$ 1,5. Milhões.

Prevê-se que ao longo do ano 2017 se dê inicio aos estudos necessários. Pela complexidade dos mesmos, espera-se que em cerca de 6 meses os mesmos estejam concluídos.

Da sua forma original com a participação de Moçambique, Botswana e Zimbabwe, o Projecto vê agora a entrada de novos parceiros, a África do Sul e a Swazilândia.

